



EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 52/2017 – MODALIDADE CONVITE 19/2017

1. O Município de São Bonifácio, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ sob o nº. 82.892.340/0001-39**, representado neste ato pelo Prefeito Municipal de São Bonifácio o Senhor **Ricardo de Souza Carvalho**, através Do Presidente da Comissão Permanente de Licitação o Senhor **Jorge Luís Catânio**, designado pelo **Decreto nº. 002/2017**, de 02/01/2017, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação complementar**, farão realizar **LICITAÇÃO** na modalidade **CARTA CONVITE**, visando à **ESTE PROCESSO LICITATÓRIO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE NITROGENIO LIQUIDO PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DESTE MUNICÍPIO**, a fim de prover as necessidades deste Município, mediante as condições estabelecidas neste **edital** e seus **anexos**.

1.1. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

1.2. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizada na Sede deste Município, sito à Avenida 29 de Dezembro, 12, Centro, São Bonifácio, SC.

Sessão e Entrega de Envelopes: 07 de Dezembro de 2017, à Comissão Permanente de Licitação, às 15:30 horas.

Sessão de Julgamento: 07 de Dezembro de 2017, à Comissão Permanente de Licitação, às 16:00 horas.

1.3. Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a esta **CARTA CONVITE** serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal de São Bonifácio que se seguir.

2. OBJETO

2.1 **ESTE PROCESSO LICITATÓRIO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE NITROGENIO LIQUIDO PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DESTE MUNICÍPIO**. Conforme especificações e condições constantes no Edital.

2.2 O Objeto será entregue no Município de São Bonifácio Sito na Av. 29 de Dezembro Nº 12, Centro, São Bonifácio/SC.

2.3 O prazo de vigência é até **31/12/2017** contado da data da homologação, podendo ser prorrogado por igual período sucessivo, mediante Termo Aditivo nos termos do Art. 57 da Lei federal 8.666/93.



3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, cadastrados ou não, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes desta Carta Convite e de seus Anexos.

3.2 Não serão aceitas propostas via fax ou e-mail, ficando automaticamente excluídas da apreciação.

3.3 Será permitida a participação de possíveis interessados que não tenham sido formalmente convidados, mas que estejam cadastrados como fornecedor do Município de São Bonifácio.

3.3.1 Esses devem solicitar o convite com antecedência de, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

3.4 Não será admitida a participação de licitantes que:

- a) Estejam em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005);
- b) Recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de execução;
- c) Falência ou sob concurso de credores;
- d) Estejam em dissolução ou em liquidação;
- e) Pessoa física.

3.4 – Poderão participar do presente processo licitatório, pessoas jurídicas de direito privado, e que atendam as normas editalícias;

3.5 – O licitante deverá entregar impreterivelmente os envelopes “Documentação” e “Proposta de Preços” até o dia, hora e local já fixados no preâmbulo, não sendo aceito em qualquer hipótese, a participação de licitantes retardatários, “*id. est.*”, os que chegarem intempestivamente, a não ser como ouvintes;

3.6 – Para dar anuência ou assinar, no ato da habilitação ou classificação, o licitante, comprovadamente deverá apresentar identificação de que é o representante legal da referida empresa;

4 – DA HABILITAÇÃO:

4.1 – Poderão participar as empresas constituídas e que satisfaçam as condições estabelecidas neste convite, sendo a conferência da habilitação feita, através da documentação abaixo determinada, do qual será lavrada ata circunstanciada, do referido ato;

4.2 – É indispensável à apresentação de cópias autenticadas por tabelião ou funcionário desta administração, ou acompanhadas do original os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);



b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal mediante apresentação dos seguintes documentos, nos termos da resolução conjunta PGFN/RFB n. 3 de 22 de novembro de 2005, apresentando a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União ou Certidões Individuais até a expiração de seu prazo de validade;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por lei, apresentando a Certidão Negativa de Débito (CND) do INSS, (específica), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente, na forma da Lei. Estará desobrigada a apresentação desta Certidão Negativa de Débito caso a mesma estiver inclusa na Prova de regularidade com a Fazenda Federal (alínea “C” do presente edital);

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei n° 8036 de 11 de maio de 1990;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal onde for sediada a empresa, mediante apresentação de certidões negativas de competência Municipal.

g) Prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas, apresentando a Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo (CNDT), emitida pelos portais da Justiça do Trabalho, na forma da Lei Federal 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST n° 1470/2011;

h) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei.

i) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias.

J) Certificado de Registro Cadastral, emitido por este Município;

l) Declaração do licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art.7º da CF – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz. Sugerimos o **modelo** apresentado no **(anexo II)**, em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. (Identificar quem assinou).

m) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração. **(anexo III)**

n) Declaração de que nenhum dos sócios das empresas licitantes ocupem cargos políticos em nenhuma das esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal) conforme artigo 54 da Constituição Federal. nos termos do modelo constante no **ANEXO IV**.

4.3 - Os documentos deverão ser apresentados em envelopes separados e lacrados, e deverão estar com a seguinte descrição:

MUNICIPIO DE SÃO BONIFÁCIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2017
CARTA CONVITE Nº 19/2017



**(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
(ENDEREÇO COMPLETO, COM TELEFONE/ ENDEREÇO ELETRÔNICO)
ENVELOPE Nº. 01 - " DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"**

5 – DA PROPOSTA:

5.1 – A proposta financeira deverá ser datilografada ou digitada, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, e deverá ser apresentada em 01 (uma) via envelope fechado, contendo em sua parte externa e frontal, a seguinte descrição:

**MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 52/2017
CARTA CONVITE Nº 19/2017
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
(ENDEREÇO COMPLETO, COM TELEFONE/ ENDEREÇO ELETRÔNICO)
ENVELOPE Nº. 02 - " PROPOSTA DE PREÇOS"**

5.2 – Além da razão social, a proposta financeira deverá constar o nº do CNPJ e o endereço.

5.3 – Só serão aceitas propostas financeiras, em moeda corrente nacional, que contemple as etapas de elaboração da minuta de edital, planejamento, elaboração, impressão, aplicação e correção das provas;

5.4 – Cronograma de execução de todos os serviços;

5.5 – Validade da proposta não inferior a **60 (sessenta)** dias;

5.6 – O julgamento da proposta será pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6– DO PREÇO:

6.1 – A licitante indicará o preço em Reais (R\$), valor global e deverá incluir o planejamento e a execução total dos serviços licitados, bem como todo o material, frete, taxas e demais encargos.

6.2 – No preço deverão estar inclusas todas as despesas relacionadas, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham ser concedidos;

6.3 - **Nos Valores cotados pelas empresas participantes, não poderão constar mais do que 02 (duas) casas decimais após a virgula;**

6.4 - Só serão aceitas cotações em moeda nacional.

6.5 – Os Preços a serem apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.



7 – DOS PRAZOS:

7.1 – A Proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da abertura da mesma;

7.2 – Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse público, poder-se-á solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no máximo;

8 – DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO:

8.1 – No dia e hora marcada, terá início a Sessão Pública de Abertura dos envelopes “Documentação” e “Propostas”, pela Comissão Permanente de Licitação, de conformidade com o art. 43 da Lei Federal nº: 8.666/93 e demais alterações posteriores:

1ª – Fase – DA HABILITAÇÃO:

8.2 – Após o recebimento dos envelopes 01 e 02, ocorrerá à apreciação e julgamento dos documentos de cada licitante, individualmente, pela **CPL**, podendo na mesma reunião ser divulgado o nome das licitantes habilitadas e das inabilitadas, se a Comissão assim o desejar;

8.3 – Todos os documentos apresentados deverão ser rubricados pela CPL e pelos representantes legais das licitantes presentes;

8.4 – A devolução dos envelopes aos inabilitados, contendo as “Propostas financeiras”, será feita desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação (vide art. 109, §6º da lei retro citada), e a referida entrega será posterior a lavratura da ata de habilitação, tão logo esteja devidamente assinada pelos membros da CPL e pelos licitantes, ou por seus representantes legais;

8.5 – Qualquer reclamação a respeito da impugnação, deverá ser feita no ato da reunião, pelas licitantes ou por seus representantes legais, sendo tudo lavrado em ata;

8.6 – A inabilitação da licitante importa na preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes;

8.7 – Após a fase de habilitação, não cabe desistência das “Propostas”, que serão consideradas em todos os seus efeitos obrigacionais, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação;

2ª – FASE DAS PROPOSTAS



8.8 – Serão abertas, rubricadas e lidas as “Propostas” em ato público, das concorrentes habilitadas, desde que:

- tenha transcorrido o prazo, sem interposição de recursos, conforme determinado no artigo 109, §6º da já citada lei;
- tenha havido desistência expressa de todos os participantes, do seu direito de recurso;
- tenham sido julgados os recursos interpostos;

8.9 – Verificação da conformidade de cada proposta, com os requisitos do Convite; conforme o caso, com os preços praticados no mercado, ou fixados por órgão oficial competente;

3ª – FASE – DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

8.10 – Para fins de julgamento e classificação pela CPL, das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes no Convite, em se tratando de licitação enquadrada no artigo 45, §1º inciso I da já citada lei, bem como as demais alterações posteriores: modalidade carta convite do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**;

8.11– Estando presentes todos os representantes das licitantes, a CPL poderá intimá-los verbalmente da decisão sobre a classificação, ou a desclassificação, e o julgamento final da licitação. Caso contrário, a intimação far-se-á por meio de ofício encaminhado através do Correio, com AR - Aviso de Recebimento. Em qualquer situação, tudo deverá constar em ata, que será assinada por todos os seus membros e pelos representantes legais das licitantes;

8.12 – Os licitantes não são obrigados a assinarem a Ata, mas se estando presentes, recusarem-se a fazê-lo, essa circunstância deve ser em tempo consignada na mesma;

8.13 – Na classificação das propostas, a Comissão deverá levar em consideração, os fatores estabelecidos no artigo 45, §3º da lei retro citada, com as suas devidas alterações;

8.14 – Fica reservado à Comissão de Licitação, o direito de acatar ou não, as impugnações e observações registradas em ata;

9 – DA DESCLASSIFICAÇÃO

9.1– Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 44, §§ 2º, 3º e artigo 48, incisos I e II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e demais alterações posteriores, as propostas que:

9.1.1 – contiverem qualquer oferta de vantagem, não prevista neste Convite;

9.1.2 – apresentarem preço global ou unitário simbólico, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado;

9.1.3 – não atendam as exigências do ato convocatório da licitação e;



9.2 – De acordo com o art. 48, § 3º, quando todas as licitantes forem inabilitadas, ou todas as propostas forem desclassificadas, a autoridade competente poderá fixar às licitantes, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de nova documentação, ou de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

10 – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

10.1 – De acordo com o art. 49, a autoridade competente, a qualquer tempo, para aprovar o procedimento licitatório:

10.1.1 – pode revogar, somente por razões de interesse público;

10.1.2 – deve anular, por razões de ilegalidade.

11 – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

11.1 – De acordo com o art. 65, § 1º, a contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor constante da proposta, devidamente atualizado;

11.2 – Nenhum acréscimo, ou supressão, poderá exceder os limites estabelecidos na condição anterior, art. 65, § 2º da já citada lei.

12 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 – Contra os atos praticados pela CPL, os licitantes poderão exercer o direito de petição, previsto no capítulo V. do art. 109 da lei supracitada.

12.1.1 – recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis para:

12.1.1.1 – habilitação ou inabilitação do licitante;

12.1.1.2 – julgamento das propostas;

12.1.1.3 – anulação ou revogação da licitação;

12.1.1.4 – rescisão do contrato por ato unilateral da administração art. 79, inciso I;

12.1.1.5 – aplicação de advertência, suspensão temporária e multa;

12.1.1.6 – representação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, quando não couber recurso;

12.2 – Os recursos deverão ser interpostos mediante petição, devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal do recorrente;

12.3 – Os recursos serão protocolados, à autoridade superior e dirigidos ao presidente da CPL;

12.4 – Não serão conhecidos como recursos os interpostos fora do prazo legal;

13 – DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

13.1 – Após o julgamento das propostas, será encaminhado o processo licitatório à autoridade competente, para adjudicação e homologação do objeto da licitação, conforme determinado no art. 43, inciso IV da lei retro citada, para posterior emissão de Nota de Empenho;

13.2 – O objeto deste certame, será adjudicado, pelo **Menor Preço Global**, depois de consideradas as condições deste instrumento;



13.3 – A adjudicação será deferida pela autoridade superior à contratada, para posterior emissão de Nota de Empenho/Contrato, nos termos da Lei Federal nº: 8.666 de 21 de junho de 1993.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

14.1. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente Convite, sob pena de decadência do direito de fazê-lo administrativamente, devendo neste caso ser observado subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, artigo 41 e seus parágrafos.

14.1.1. Deverá ser protocolado o pedido em até 02 (dois) dias uteis antes do processo sendo até o dia **20 de Novembro de 2017 até as 18:00hs no Protocolo da Prefeitura Municipal de São Bonifácio – SC**, sito na Avenida 29 de Dezembro, Nº 12, centro, São Bonifácio – SC, **Não será aceito qualquer tipo de impugnações por e-mail.**

14.2. A impugnação ao edital deverá ser dirigida à autoridade que expediu o presente instrumento convocatório.

14.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório serão designadas nova data para a realização do certame.

14.3.1. A ausência de decisão administrativa definitiva pertinente à impugnação antes da data fixada para a realização da Carta Convite confere ao licitante a sua participação no procedimento licitatório até a ocorrência desse evento.

15 – DA DOTAÇÃO

15.1 - A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017 e terá a seguinte classificação orçamentária:

01 – 77 – 3.3.90.00.00.00.00.0000

16 – DO LOCAL DA REALIZAÇÃO

16.1 - O referido Certame será realizado no seguinte endereço; Av. 29 de Dezembro Nº 12, Centro, São Bonifácio/SC.

17 – OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

17.1 - Instruir o fornecimento do produto com as respectivas notas fiscais correspondentes, juntando cópia da solicitação de entrega e do comprovante do respectivo recebimento;



17.2 - Proceder a entrega do produto dentro do prazo solicitado, observando rigorosamente a qualidade do mesmo.

17.3 - A contratada se obriga a entregar os produtos rigorosamente de acordo com as Especificações Mínimas e no local indicado no Edital.

18 – DO PAGAMENTO

18.1 – O pagamento será efetuado mediante apresentação da competente Nota Fiscal, em 01 (uma) via, para liquidação e pagamento do objeto licitado, que será feito com depósito em conta bancária, sendo que a mesma terá que ser em nome do titular da empresa.

18.2 – O pagamento será efetuado num prazo máximo de até 30 dias após o recebimento do material;

18.3 – À Prefeitura Municipal de São Bonifácio reserva-se no direito de recusar-se a efetuar o pagamento, caso a CONTRATADA, não cumprir as normas determinadas no presente instrumento.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 – Reserva-se a Prefeitura Municipal de São Bonifácio, com base no art. 87, seus incisos e parágrafos da Lei Federal n.º 8.666/93 e demais alteração posteriores, aplicar as seguintes sanções penais, sempre garantindo o direito ao contraditório, nos casos de inexecução total ou parcial do termo de contrato:

19.1.1 – advertência;

19.1.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até dois anos;

20 – DO FORO

20.1 – Para conhecimento e solução de todas e quaisquer dúvidas oriundas da presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz – SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que se apresente.

21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 – À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem como decidir quanto às dúvidas ou omissões deste ato convocatório;



21.2 – Fica assegurado à Administração Municipal o direito de no interesse público, e sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

21.2.1 – Adiar a abertura das propostas da presente licitação, dela dando conhecimento aos interessados;

21.2.2 – Alterar as condições deste ato convocatório, as especificações e qualquer documento pertinente a esta licitação, fixando novo prazo;

21.3 – É facultada a Comissão Permanente de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

21.4 – A autoridade competente para homologar, revogar ou anular a presente licitação é o Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de São Bonifácio;

21.5 – Maiores esclarecimentos serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Bonifácio, Estado do Santa Catarina, situada na Avenida 29 de Dezembro n.º 12, ou pelo Fone: (48) 3252 – 0112.

22 ANEXOS DO EDITAL

Anexo I – Descrição Dos Itens Do Processo Licitatório;

Anexo II – Modelo de Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Anexo III – Modelo de Declaração de que não haver fatos impeditivos quanto a nossa participação em licitações;

Anexo IV – Modelo de Declaração de que nenhum dos sócios da empresa licitante ocupa cargo político em nenhuma das esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal)

Anexo V – Modelo de Procuração/Credenciamento;

Anexo VI – Modelo de Dados Bancários / Representante Legal.

São Bonifácio, 30 de Novembro de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal



ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS ITENS DO PROCESSO LICITATÓRIO

ITENS: ESTE PROCESSO LICITATÓRIO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE NITROGENIO LIQUIDO PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DESTE MUNICÍPIO.

Ref.: Processo Licitatório Nº. 52/2017 – Carta Convite 19/2017

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

ITM	COD MAT	DESC. MATERIAL	UN	QTD	VALOR MAXIMO
01	5293	NITROGÊNIO LIQUIDO REFRIGERADO 2.2 NA	Litro	650	8,00

OBS: Os licitantes deverão indicar a marca dos produtos na proposta.



ANEXO II

DECLARAÇÃO

Ref.: Processo Licitatório Nº. 52/2017 – Carta Convite 19/2017

....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO III

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

EDITAL DA LICITAÇÃO N° 52/2017 – MODALIDADE CONVITE 19/2017

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ ou CPF n° _____, sediada _____ (endereço completo) _____, declara para os devidos fins, sob as penalidades cabíveis, que não haver fatos impeditivos quanto a nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

_____ - _____, _____ de _____ de 20....

Nome e número da identidade e CPF do declarante
(representante legal da empresa)



ANEXO IV

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

EDITAL DA LICITAÇÃO N° 52/2017 – MODALIDADE CONVITE 19/2017

DECLARAÇÃO

Empresa:, inscrito no CNPJ n.º,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a),
portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF.....,
DECLARA, que nenhum dos sócios da empresa licitante ocupam cargo político em nenhuma
das esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal) conforme artigo 54 da Constituição
Federal.

Local/Data:,de.....de.....

.....
Assinatura e Carimbo
Representante da Empresa



ANEXO V

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 52/2017 – MODALIDADE CONVITE 19/2017

PROCURAÇÃO

<NOME/RAZÃO SOCIAL, CPF/CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <nome completo do representante legal, RG, CPF e qualificação na empresa>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <nome completo, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <modalidade, número/ano>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <data>.

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>



ANEXO VI

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

EDITAL DA LICITAÇÃO N° 52/2017 – MODALIDADE CONVITE 19/2017

1. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO: _____

CIDADE: _____

AGÊNCIA: _____ N.º DA CONTA CORRENTE: _____

TITULAR DA CONTA CORRENTE: _____

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: _____

CARGO OU FUNÇÃO: _____

IDENTIDADE N.º : _____

CPF/MF N.º : _____